



Número: **0809093-90.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALAN DA SILVA VALERIO (AUTOR)		JOAO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (REU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70509956	03/07/2021 16:05	Apelação	Apelação

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE NATAL/RN.**

Processo: 0809093-90.2019.8.20.5001

ALAN DA SILVA VALERIO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, por seu advogado, que está subscreve, com endereço profissional situado à Rua Cruzeiro do Sul, 1481 – loja 03, Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP: 59141-090 e-mail jrfneves@outlook.com, telefone 84 999255558, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor:

APELAÇÃO

com fundamento no art. 1.013 do CPC/2015, de acordo com as razões aqui apresentadas, requerendo a Vossa Excelência, após cumpridas as formalidades processuais, seja o presente recurso recebido e remetido à Superior Instância.

Nestes termos

Pede deferimento.

Parnamirim/RN, 03 de julho de 2021

João Roberto Ferreira Neves

OAB/RN 11239



**EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

RECORRENTE: ALAN DA SILVA VALERIO

RECORRIDA: PORTO SEGURO

PROCESSO: 0809093-90.2019.8.20.5001

ORIGEM: 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN



COLEDA TURMA

I - DA TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do art.1.003,§ 5º, do CPC, o prazo para interpor o presente recurso é de 15 (quinze) dias úteis. Dessa forma, considerando que a ciência da sentença foi dada em 26/05/2021, consoante se depreende dos autos, o presente é tempestivo vez que em 03/07/2021, protocola-se este.
2. Portanto, dentro do prazo de 15 dias úteis estabelecido no artigo citado, uma vez que o prazo em tese se encerrará no dia 07/05/2021, o que o torna tempestivo, levando-se em conta os dias úteis.

II – DO NÃO PAGAMENTO PREPARO

3. Preliminarmente cumpre registrar o não pagamento do preparo. Assim, a Recorrente deixa de juntar os comprovantes do pagamento do preparo e das custas recursais, à medida que é beneficiário da justiça gratuita, conforme despacho inicial nos autos.
4. Justifica-se tal concessão vez que a autora é pobre na acepção legal do termo, não tem condições financeiras ou econômicas de satisfazer quaisquer despesas sem que as mesmas, ocasionam prejuízo de seu sustento e de sua família.
5. Em razão disso, invocando a Lei nº 1.060/50 e, as alterações trazidas pelas Leis 7.510/86 e, 13.105/15, em seus artigos 98 e 99, NCPC. Pede-lhe que seja concedido Assistência Judiciária Gratuita em toda fase processual.

III - DOS FATOS

6. A apelante interpôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT em desfavor da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais S.A., vez que sofreu um acidente automobilístico ocorrido.
7. A ora recorrente pleiteou um pagamento de uma indenização do seguro DPVAT em valor determinado pela perícia médica, acrescido de juros e correção monetária, bem como custas e honorários advocatícios por apreciação equitativa, em patamar de 20%.



8. Tem-se que, no momento do protocolo, o valor da causa embora definido, contudo, fica ainda consubstanciado em laudo médico que será confeccionado por oportunidade da realização de uma perícia médica a cargo da Seguradora Líder.

9. Assim, com a realização da perícia médica e, o normal trâmite processual adveio a sentença, o Juízo de 23ª Vara da Comarca de Natal/RN, decidiu pela procedência da ação e, julgou procedente a pretensão autoral para condenar a parte demandada a pagar à autora ora recorrente a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez parcial permanente, no valor de 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

10. Devendo ainda este valor ser acrescido de juros legais (1% ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do evento danoso, no caso, a data do acidente, de acordo com os índices do INPC (STJ: REsp. 788712/RS; REsp. 746087 / RJ; AgRg. no Ag 1290721 / GO).

11. **Custas e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação, a ser pago pela parte sucumbente.**

12. Ocorre, Nobres Magistrados, que o juízo *a quo* deixou de observar o pedido constante no curso do processo no que diz respeito à **condenação de honorários advocatícios** que deveriam, em caso de valor irrisório do proveito econômico, ser arbitrados por apreciação equitativa nos termos do artigo 85, § 8º do CPC.

IV - RAZÕES DE APELAÇÃO

13. Egrégia Turma, Doutos Julgadores, em que pese a cultura jurídica do digno Juiz prolator da sentença, o apelante, irrisignado com a sentença *a quo*, vem à presença de Vossas Excelências, oferecer as presentes RAZÕES DE APELAÇÃO, pugnando pela reforma da sentença quanto à condenação a título de honorários advocatícios de sucumbência, pelos motivos que passa a expor.

V – DO MÉRITO

V.1 - Dos Honorários Advocatícios em Consonância do Regramento do novo NCPC

14. O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu art. 85, § 8º que, ao julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

15. Nesse sentido, o art. 85, § 2º, c/c § 6º, do Código de Processo Civil estabelecem determinados requisitos para a sua fixação, quais sejam, grau de zelo do profissional, lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço.



16. Ressalte porquanto que, o douto magistrado apesar de ter arbitramento dos honorários no artigo 85 do CPC, fixou-os em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Veja Vossas Excelências que absurdo.

17. Ora, este entendimento resultou em montante totalmente irrisório em virtude de a condenação ter sido no valor R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), resultando em honorários de sucumbência no mísero valor de R\$ 84,37 (oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

18. Assim, como a norma processual é clara ao dizer que os honorários deverão ser arbitrados por apreciação equitativa quando o proveito econômico for irrisório, como é o caso dos autos, busca-se sua majoração.

19. Nesta linha, levando-se em conta o grau de zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do Autor, na presente lide, requer a condenação da parte Demanda ao pagamento de honorários sucumbências observado o disposto no referido artigo.

20. De fato, é certo que os honorários advocatícios de sucumbência devem guardar correlação com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a fim de não desprestigiar todo o trabalho empregado nos autos pelo patrono do vencedor, que obteve êxito quanto ao acolhimento do pedido inicial.

21. Mesmo em casos que a lide seja de baixa complexidade e não exige-se exacerbado dispêndio de tempo do advogado constituído nos autos, a fixação não pode ser tão ínfima, sob o risco de ser aviltada a remuneração daquela cuja atuação é indispensável à administração da Justiça nos termos do art. 133, CF.

22. Como mencionado, o § 2º, c/c § 6º do art. 85, do CPC, ao fixar os limites mínimo e máximo de dez e vinte por cento quando do arbitramento da sucumbência, estabelece uma ordem de preferência objetiva para indicação da base econômica da qual deverá ser aplicada esse percentual. Senão vejamos:

"Art. 85 A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º. Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: (...)"

23. Sendo assim, o comando da norma supramencionada impõe uma clara subsidiariedade entre as bases econômicas/financeiras que basearão a porcentagem dos honorários advocatícios a serem arbitrados, sendo sempre primeiro sobre o valor da condenação.



24. Assim, na sua falta de valor da condenação, o proveito econômico obtido do comando judicial; não sendo possível nenhuma das opções anteriores; é o caso de fazer valer o valor atualizado da causa.

25. Desta feita, não é compreensivo o valor que foi arbitrado aos honorários fixados em favor do advogado, ficou tão ínfimos a ponto de sequer atingir o valor de um almoço, de maneira que sua majoração é imperativa, em obediência ao § 8º, art. 85, CPC.

26. Dentro deste contexto, carece a necessidade da correção dos honorários. Este Tribunal assim vem se posicionando:

27.

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS PELO JUIZ EM MONTANTE MAIOR QUE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. ESTIPULAÇÃO DE HONORÁRIOS EM VALOR EQUITATIVO, ANTE O PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO NO CASO CONCRETO. INTELIGÊNCIA DO ART. 85, § 8º, DO CPC. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.” (TJRN. Apelação Cível nº 2018.008794-2, Desembargador Claudio Santos, j em 16/07/2019). (gn)

28. Não é outro o entendimento dos Nossos Tribunais quanto a esta matéria, vejamos:

“E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – PRELIMINAR ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – AFASTADA – MÉRITO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – FIXADOS POR EQUIDADE – MAJORADO PARA R\$ 1.200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS) – HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS EM R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) – APELO PROVIDO. Embora a fixação da verba honorária esteja sujeita a um critério subjetivo do juiz, é conveniente seja fixada num patamar coerente com o valor da causa, bem como com o trabalho desenvolvido pelo advogado. No caso concreto a quantia fixada se mostrou insuficiente à justa e digna remuneração da atividade advocatícia, razão pela qual deve ser majorada. (TJ-MS 08034821720178120001 MS 0803482-17.2017.8.12.0001, Relator: Des. João Maria Lós, Data de Julgamento: 28/11/2017, 1ª Câmara Cível) “ (Grifei).

“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DESPESAS HOSPITALRES/MÉDICAS. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDO. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), com os acréscimos da Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A insurgência recursal diz respeito, tão somente, quanto à aplicação dos ônus sucumbenciais e majoração do valor dos honorários advocatícios. No caso em comento a r. sentença de origem determinou a condenação da parte demandada ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação arbitrado em R\$200,00 (...), portanto irrisório, fazendo jus a majoração, conforme pretendido. Nos termos do art. 85, § 8º do CPC/15, a sentença condenará o vencido a pagar honorários



ao advogado do vencedor e nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º. Assim, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC/15, majoro o valor dos honorários advocatícios para R\$800,00 (...), de acordo com os parâmetros que venho adotando em casos análogos. APELAÇÃO... PROVIDA (Apelação Cível Nº 70077120095, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 26/04/2018).

(TJ-RS - AC: 70077120095 RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 26/04/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 08/05/2018) ” (Grifei).

29. Portanto, é notório que, nas causas em que houver condenação e determinação de proveito econômico em valores irrisórios, o juízo fixará honorários advocatícios sucumbenciais por apreciação equitativa, levando-se em consideração o grau de zelo profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

VI - DOS PEDIDOS

Diante das argumentações acima expostas, requer:

- a) o conhecimento e o provimento do presente Recurso de Apelação, eis que atendidos os pressupostos legais para tanto, com a consequente reforma da decisão quanto aos honorários de sucumbência, acolhendo na integralidade os pleitos evocados, **para majorar os honorários advocatícios devidos aos patronos do autor em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos dispostos no artigo 85, § 2º e 8º, do Código de Processo Civil.**

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Parnamirim/RN, 03 de julho de 2021

João Roberto Ferreira das Neves

OAB/RN 11239

